Associação dos Docentes da UFF

ADUFF SSind

Seção Sindical do ANDES-SN
Filiado à CSP/CONLUTAS

Junho de 2013
www.aduff.org.br

3 Ebserh indica afastamento de mais de 400 servidores na UFRJ

11 Movimentos sociais fazem protestos contra megaeventos

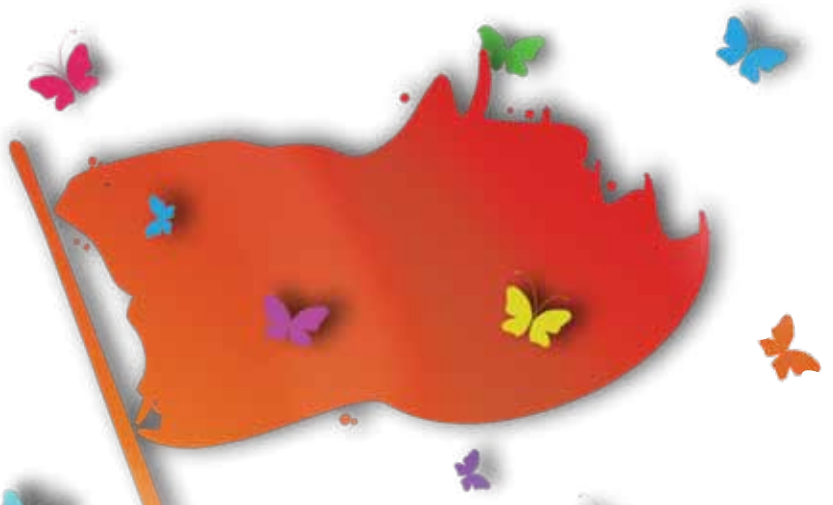
Nas ruas

Movimento de massas ressurge no Brasil com mobilização da juventude na defesa por direitos

Luiz Fernando Nabuco

Editorial

Primavera em junho



Após um maio de intensificação da luta contra a EBSERH e de reflexões sobre os desafios do movimento sindical no processo de intensificação do trabalho de base visando à mobilização cotidiana, iniciamos junho surpreendidos por um processo de mobilização que ganhou as ruas de todo o Brasil.

De início com uma pauta muito objetiva e pontual – a redução do aumento das passagens dos transportes públicos –, as mobilizações logo cresceram e passaram a incorporar muitas das bandeiras construídas ao longo das duas últimas décadas pelos movimentos organizados. Certamente, os jovens do Movimento Passe Livre (MPL), que atuam de modo persistente anos a fio, não tinham noção de que contribuiriam para deflagrar o maior movimento de massas do país em mais de duas décadas.

Ao longo do mês de junho, participamos de manifestações gigantescas em dezenas de capitais e de cidades do interior. Os movimentos de contestação revigoraram o ânimo dos que lutam e têm servido para pautar o debate da política na sociedade. Dessa forma, a população trabalhadora brasileira, de uma hora para outra, vê-se sacudida diante de uma ordem social marcada pela iniquidade social, pela institucionalização da violência e pelas dramáticas consequências sociais produzidas pela destinação dos recursos públicos em favor do aumento dos lucros do capital, tendo o Estado o papel de intermediador central desse processo.

Infelizmente, ao longo das marchas por reivindicações históricas construídas nas lutas de movimentos sociais, sindicatos e partidos, deparamo-nos com o coro que clamava pelo movimento "sem partido". Preocupa-nos o perfil conservador de parcela importante dos manifestantes. Essas vozes, expressivas do pensamento hegemônico, revelam os efeitos do apassivamento da classe trabalhadora implementado pelo projeto neoliberal e seus representantes nos governos, com destaque para o descrédito com o PT.

Em face da ampliação dos protestos, a brutalidade policial se intensificou. Até mesmo milícias foram pagas para atacar os militantes de partidos de esquerda e movimentos sociais combativos, que chegaram a ser espancados por "bate-paus". No Rio de Janeiro, os estudantes foram cercados pela Polícia Militar fortemente armada em universidades. Jovens ficaram confinados em estabelecimentos comerciais, ameaçados pelas bombas das forças de repressão. E, mais uma vez, a polícia exterminou jovens moradores de favelas, demonstrando que o Estado que reprime na avenida é o mesmo que mata na favela!

Enquanto isso, os representantes dos monopólios da comunicação enfrentaram "no ar" o escracho dos que lutam. Os manifestantes, que em sua maioria estava nas ruas pela primeira vez, perceberam que os veículos tradicionais da imprensa tinham um lado muito claro ao cobrir os protestos. Não era o lado das ruas, dos estudantes, dos trabalhadores! Era o lado do status-quo, do Estado e de seu aparelho repressor, a Polícia Militar. No momento atual, tentam passar que estão ao lado dos manifestantes, diferenciando os manifestantes entre ordeiros e vândalos, empurrando goela abaixo a pauta contra a corrupção, apresentada como a grande vilã do país.

Fingindo ouvir o clamor dos manifestantes indignados nas ruas, o governo acena com uma proposta de pacto que inclui entre as medidas anunciadas a manutenção da privatização dos serviços públicos, do contingenciamento dos investimentos públicos para assegurar o equilíbrio que permite formar os superávits que destinam quase 50% do orçamento federal para o pagamento de serviços financeiros, os títulos e juros da dívida, e ainda anuncia mais desoneração de impostos para o capital.

De forma populista, o governo federal ao anunciar os cinco pactos, não explicita que estes intensificam o processo de privatização em curso dos serviços públicos, como é o caso da educação e da saúde. Na saúde, anuncia a contratação de cinco mil médicos, porém não explicita a forma, potencializando a ação da EBSERH, que segundo a lógica imposta pelo governo, tem a possibilidade de contratação imediata via recursos do SUS. Desconsidera que o problema da saúde não é restrito à falta de médicos, mas que inclui em especial a precária estrutura física das unidades de saúde e a falta dos demais profissionais da área da saúde.

Na área da educação, anuncia investimento dos royalties do petróleo, mas assim como na reforma que propõe no Plano Nacional de Educação (na qual retira a expressão "educação pública" de todas as metas e substitui por educação gratuita), não evidencia que os recursos devem ser aplicados na EDUCAÇÃO PÚBLICA, possibilitando a intensificação de programas como o PROUNI e o contínuo processo de revitalização dos empresários da educação.

Porém, mesmo diante do anúncio dos pactos propostos pelo governo, as ruas não esvaziaram. Ao contrário: as mobilizações continuam. As entidades de classe organizadas passam a assumir um papel mais importante no processo e as bandeiras históricas pelos direitos dos trabalhadores continuam nas ruas. Saúde e educação pública, não à renúncia fiscal que favorece os empresários, passe livre, desmilitarização da polícia, punição dos corruptos e a rejeição aos mega investimentos para a Copa e Olimpíadas, que não reverberam em melhorias para a maioria da população.

Entendemos que se faz necessária a intensificação das lutas, com a maior unidade possível entre os setores classistas e combativos. A rua é nossa, e continuaremos nelas, para conquistar mais vitórias!

Agenda da diretoria

Junho

6 – Debate sobre EBSERH, no Polo Universitário de Volta Redonda

10 – Audiência com vice-reitor

11 – Panfletagem contra EBSERH no Hospital Universitário Graffée e Guinle, da Unirio

14 – Posse da diretoria do Sintuff

17 – Reunião do GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria

20 – Reunião do GT de Políticas Educacionais

21 – Reunião da Comissão Estadual de Mobilização da Educação

24 – Plenária Classista

26 – Assembleia Geral

Julho

1 – Reunião do Conselho de Representantes

2 – Assembleia Geral

2 – Debate "Manifestação de Junho: movimento docente e conjuntura", com Osvaldo Coggiola e Marcelo Badaró

5 e 6 – Encontro Preparatório de Comunicação do ANDES-SN, sediado pela ADUFF

9 – Assembleia Geral

10 – Sindicato Itinerante em Rio das Ostras

Associação dos Docentes da UFF
ADUFF SSind
Seção Sindical do ANDES-SN
Filiado à CSP-Conlutas

Biênio 2012/2014
Gestão Mobilização Docente e Trabalho de Base

Presidente: Eblin Farage – Serviço Social • **1º Vice-Presidente:** Elza Dely – Educação • **2º Vice-Presidente:** Wanderson Melo – Serviço Social PURO • **Secretário-Geral:** Claudia March – Saúde da Comunidade • 1º Secretário: Elizabeth Carla – Enfermagem PURO • 1º Tesoureiro: Francine Helfreich – Serviço Social • **2º Tesoureiro**: Angela Siqueira – Aposentada – Educação • **Diretoria de Comunicação (Titular):** Verônica Fernandez – Saúde da Comunidade • **Diretoria de Comunicação (Suplente):** Katia Lima – Serviço Social • **Diretoria Política Sindical (Titular):** Sonia Lucio – Serviço Social • **Diretoria Política Sindical (Suplente):** Ana Cristina Troncoso – Psicologia PURO • **Diretoria Cultural (Titular)**: Dora Costa – Educação • **Diretoria Cultural (Suplente):** Sonia Maria – Aposentada – Farmácia • **Diretoria Acadêmica (Titular)**: Renata de Freitas – Matemática • **Diretoria Acadêmica (Suplente):** Teresinha Monteiro – Aposentada – Serviço Social

Editor Alvaro Neiva
Jornalista Lara Abib
Estagiária de jornalismo Catherine Lira
Projeto Gráfico e Diagramação Luiz Fernando Nabuco
Imprensa imprensa@aduff.org.br
Secretaria aduff@aduff.org.br
Sítio eletrônico www.aduff.org.br
Facebook facebook.com/aduff.ssind
Twitter twitter.com/aduff_ssind
Impressão Gráfica Lance (3500 exemplares)

Rua Professor Lara Vilela, 110 - São Domingos - Niterói - RJ - CEP 24.210-590 Telefone: (21) 3617.8200

Ebserh indica afastamento de mais de 400 servidores na UFRJ

Empresa indica quantos servidores do Regime Jurídico Único seriam postos em disponibilidade nas unidades de saúde da UFRJ. Mais de 400 afastados de suas funções só no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho

Luiz Fernando Nabuco - arquivo

Em março, participantes do Congresso do ANDES-SN, junto com integrantes do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro e da Frente Nacional contra a privatização da Saúde realizaram protesto contra a Ebserh em frente ao HUCFF

Segundo um relatório da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), 402 servidores sob Regime Jurídico Único seriam postos em disponibilidade, ou seja, afastados de suas funções, no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). "Para onde vão esses 402? Quem são esses 402? Se podemos dispensar servidores, por que vamos contratar?", questionou a professora Maria Malta, do Instituto de Economia, durante debate sobre gestão dos Hospitais Universitários realizado em junho, no próprio HUCFF.

Outro relatório da empresa, sobre a Maternidade-Escola, também indica que haveria dispensas. "No caso da ME, está explícito: todos os auxiliares de enfermagem e todos da área administrativa serão dispensados. Eles nem contabilizaram", afirmou a professora.

A docente trouxe números relacionados, ainda, à gestão do HUCFF, que, nas análises, é o que está em pior situação. Ele é o único hospital da universidade que possui dívida ativa. Segundo dados de 2012, da ordem de R$ 822.422,29. Por mês, o HU gasta R$ 400 mil somente em amortização.

A professora também apresentou a proposta autônoma dos movimentos elaborado por um conjunto de conselheiros do Consuni com a participação das entidades organizadas da UFRJ (Adufrj-SSind, DCE Mário Prata e Sintufrj) para solucionar os problemas dos hospitais, e falou do Complexo Hospitalar, unidade orçamentária responsável por receber e repassar os recursos para os HUs da universidade.

Essa unidade orçamentária considera os hospitais e institutos especializados da UFRJ como uma rede. "O Complexo Hospitalar considera, inclusive, os hospitais não certificados, como forma de resgatar a relevância acadêmica dessas unidades. São 70% a mais de recursos, porque, dentre os critérios elaborados pelo MEC, teremos uma soma de pontos muito maior do que se formos analisados em separado", afirmou a docente.

Argumentos falaciosos

O professor Roberto Leher (do Conselho de Representantes da AdUFRJe representante no Conselho Universitário) desconstruiu argumentos falaciosos utilizados por quem defende a Ebserh. "A existência da empresa tem sido justificada como uma solução para resolver o problema de pessoal terceirizado dos hospitais. Isto não é verdade porque a legislação diz que mesmo empresas públicas devem obedecer às normas que regem o serviço público. Ela precisará, portanto, realizar concurso público".

De acordo com o docente, os argumentos mais sistematicamente trabalhados para a solução da crise dos hospitais pela Ebserh são: realização de concursos ágeis e flexíveis; agilidade também na administração dos recursos; melhores salários. "O argumento de que a contratação é mais célere não é verdadeiro. Ela precisará realizar concurso, mesmo no regime da CLT. A contratação por tempo determinado, prevista na Ebserh, também está prevista no RJU. Também não é verdade que os recursos poderão ser movimentados com mais liberalidade. O nó administrativo decorre das licitações e a Ebserh terá que cumprir a mesma lei que a UFRJ", disse Leher.

O professor esclareceu, ainda, a inconstitucionalidade da proposta da Ebserh de pagar salários diferentes para profissionais com a mesma atribuição. "Aceitar esse pressuposto é aceitar que o RJU está em extinção. A legislação proíbe que haja situações híbridas de celetistas e estatutários numa mesma autarquia. Além disso, cria situações de funções iguais com salários diferentes. Isso é vedado pela Constituição".

Roberto Leher alertou para outro item relacionado ao financiamento dos hospitais, em caso de não adesão à Ebserh: aqueles que são favoráveis à empresa afirmam que os hospitais universitários terão que fechar suas portas porque faltarão profissionais e dinheiro. "O modelo de financiamento dos hospitais universitários é o Rehuf (programa de reestruturação dos HUs federais). Há dotação orçamentária para todos os hospitais. O modelo contém aperfeiçoamentos para o financiamento dos hospitais e é independente da Ebserh. Não está condicionado à contratação da empresa".

UFRJ tem o seu próprio projeto

Nelson Souza e Silva, diretor do Instituto do Coração, observou que a universidade possui um projeto mais adequado e moderno para seus hos pitais e que se antecipou à Ebserh. "Além disso, a empresa não tem nenhum recurso adicional que será alocado nos hospitais. Os recursos vêm do Rehuf e do Fundo Nacional de Saúde. É uma estrutura de financiamento que já existe, não há necessidade de firmar contrato e ceder patrimônio para uma empresa".

O professor alertou para a questão política mais ampla que envolve a empresa. "A Ebserh é criação do Banco Mundial e surgiu na década de 1990. Divide em pacotes mínimos a assistência em saúde para os mais pobres. A iniciativa privada ficaria com a alta complexidade".

(Fonte: Adufrj SSind)

ADUFF sedia Encontro de Comunicação do ANDES-SN

O evento serviu como preparatório para o Encontro Nacional de Comunicação do sindicato nacional, previsto para o mês de outubro

Lara Abib

Realizado nos dias 5 e 6 de julho, o Encontro Preparatório de Comunicação do ANDES-SN reuniu docentes e jornalistas das seções sindicais para debater e avaliar a implementação do Plano de Comunicação do Sindicato Nacional, além de discutir a importância da democratização da comunicação e de um novo marco regulatório no Brasil. Coordenado pelos diretores encarregados de dirigir o Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes do ANDES-SN (GTCA), o encontro foi realizado na sede da ADUFF. Além de Niterói, Ponta Grossa (PR) e Fortaleza (CE) também sediaram eventos preparatórios ao Encontro Nacional de Comunicação do ANDES-SN, previsto para o mês de outubro.

No encontro, a comunicação foi apontada como um instrumento fundamental na luta contra-hegemônica, essencial para a divulgação e para a construção de um novo projeto de sociedade. Nesse contexto, os participantes ressaltaram a importância da imprensa sindical no diálogo com a categoria e com o resto da classe trabalhadora. Pontuaram a necessidade dos veículos das seções sindicais docentes superarem o corporativismo, incorporando as pautas de outras categorias e dos movimentos sociais em suas produções, sem perder o contato com o cotidiano vivido pela base.

Debatedores e participantes também defenderam a discussão da comunicação para além de um instrumento e a importância de uma apropriação pelo movimento docente das pautas políticas relativas à temática. A luta pela democratização da comunicação foi entendida como um meio para garantir acesso universal à comunicação, que é considerado um direito humano.

Além disso, o encontro também destacou a necessidade de capitanear a indignação e a revolta aos grandes meios de comunicação– sentimentos despertados nas recentes manifestações de massa – e transformá-las em ação política. A adesão à campanha para coletar assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que visa diminuir a concentração dos meios de comunicação no Brasil foi um encaminhamento nesse sentido (saiba mais em: http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/). A manutenção da articulação entre o ANDES-SN e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) também foi avaliada como necessária.

Plano de Comunicação do ANDES-SN

O Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN, aprovado no 33º Congresso do Sindicato Nacional, também pautou as discussões do grupo. Além da apresentação das iniciativas desencadeadas após sua aprovação e do resultado da pesquisa realizada junto às seções sindicais cada representação das ADs pôde dar informes sobre o setor de comunicação em suas seções sindicais. Entre as conclusões resultantes desse momento estão a necessidade da comunicação do Sindicato Nacional e das seções sindicais operarem em rede – possibilitando a maior troca de informação e articulação entre os jornalistas – e de os diretores das ADs entenderem a importância desse setor, trabalhando para seu fortalecimento.

"Realmente é um desafio convencer nossos colegas sobre o papel estratégico da imprensa na entidade sindical. Os veículos de comunicação são essenciais para a construção da consciência crítica e do combate ao senso comum na categoria. E por mais que os jornalistas entendam a importância política da comunicação no sindicato, é a diretoria que pauta politicamente o que vai sair em nossos veículos. Por isso a necessidade de os docentes e, principalmente, das direções dos sindicatos, tomarem essa discussão para si. Nesse sentido, acho que o encontro foi muito positivo", destaca a presidente da ADUFF, Eblin Farage.

O 1º vice-presidente do ANDES-SN e integrante do GTCA nacional, Luiz Henrique Schuch, concorda. "Os debates foram muito ricos e suscitaram uma série de questões que certamente serão aprofundadas no encontro nacional", reitera. A mesma opinião é dividida pelo coordenador do GTCA nacional, Rondon de Castro. "Estamos fazendo uma síntese do que foi debatido nos três encontros. O documento será discutido no GTCA no início do segundo semestre, e será utilizado para preparar o Encontro Nacional. É um documento preparatório para estimular a discussão do que foi levantado", acrescenta.

Fotos: Luiz Fernando Nabuco

De cima para baixo: Rodrigo Castelo, Rondon de Castro e Marcelo Badaró debatem conjuntura; a presidente da ADUFF, Eblin Farage, apresenta aos participantes o Plano de Comunicação da ADUFF; Iara Moura, Adilson Cabral e Orlando Guilhon debatem o marco regulatório das comunicações; e Arthur William e Cláudia Santiago discutem organização dos trabalhadores e comunicação alternativa

58º CONAD acontece este mês, em Santa Maria

Entre os dias 18 a 21 de julho, a cidade de Santa Maria (RS) recebe o 58º CONAD. Sediado pela SEDUFSM (Seção Sindical dos Docentes da UFSM), o tema central do evento é "ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores". O Conselho do ANDES-SN tem como objetivo, além de debater questões ligadas às Instituições de Ensino Superior, aprovar e discutir as demandas financeiras para o ano de 2014. Além disso, também é o momento de traçar as metas do plano de lutas aprovado pelo 32°Congresso.

A delegação da ADUFF será composta pela presidente da entidade sindical, Eblin Farage, que foi eleita em assembleia geral da categoria como a delegada que vai representar a seção sindical no CONAD e pelas diretoras da entidade Claudia March, Verônica Fernandez e Sônia Lucio e pelo integrante do Conselho de Representantes da ADUFF, Felipe Brito, que participarão como observadores.

"Vivemos um contexto de dificuldade nas universidades e precisamos de fato atualizar o plano de grupo", observa o 2º secretário do ANDES-SN, Paulo Rizzo. A presidente da ADUFF e delegada ao CONAD, Eblin Farage, também ressalta a importância desta edição.

"Nesse ano, temos bons motivos para atualizar nossa luta, considerando as manifestações populares que tomaram às ruas do Brasil no mês de junho. Nós da ADUFF estamos levando para o CONAD dois textos referendados pela assembleia geral da categoria: um para contribuição na análise de conjuntura e outro referente ao nosso desafio de fortalecer as oposições organizadas na base do PROIFES e MDIA. Entendemos que é momento do ANDES-SN intensificar a disputa e não poupar esforços na luta contra o sindicato governista", pontua.

Confira a pauta e o cronograma do 58° CONAD:

PAUTA E CRONOGRAMA DO 58º CONAD

5ª feira (18/7)	6ª feira (19/7)	Sábado (20/7)	Domingo (21/7)
9h às 12h Credenciamento	**9h às 12h** Grupo Misto - Tema II	**9h às 12h** Plenária Tema II	**9h às 12h** Plenária Tema IV
10h às 12h Plenária de Abertura			
14h às 16h Plenária de Instalação	**14h às 17h** Grupo Misto - Tema III	**14h às 17h** Plenária Tema III	**15h às 17h** Plenária de Encerramento
14h às 18h Credenciamento			
18h às 20h Plenária Tema I	**18h às 21h** Grupo Misto - Tema IV		

TEMÁRIO:

Tema I:
Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 32° CONGRESSO.

Tema II:
Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema III:
Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV:
Questões organizativas e financeiras

1º Encontro de Aposentados da UFF acontece no dia 30 de julho

Evento conta com a organização da ADUFF e da Associação de Professores Inativos da UFF(ASPI-UFF)

No dia 30 de julho, a ADUFF, em conjunto com a ASPI-UFF, realiza o 1° Encontro de Aposentados da UFF. O evento que acontece a partir das 14h, na sede da entidade sindical, tem como objetivo discutir e aprofundar as questões relativas à aposentadoria e alertar os docentes aposentados sobre a criação de Projetos de Lei danosos aos servidores públicos por parte do governo federal. O encontro também visa fortalecer o GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) nacional e local e, dessa forma, incentivar os aposentados da UFF a se mobilizarem e intervirem politicamente na luta pela manutenção de direitos e pela isonomia entre os docentes.

Durante o evento, os participantes vão ter a oportunidade de avaliar a conjuntura política em relação aos direitos dos aposentados e debater medidas como a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que ataca o direito não só dos novos ingressantes no serviço público, mas também daqueles que já estão na ativa, caso venham a optar pela adesão ao mesmo.De acordo com a diretora da ADUFF e docente aposentada, Sonia Maria da Silva, a ideia de se aproximar dos aposentados partiu do ANDES-SN, que sugeriu às seções sindicais realizarem seus encontros. "No caso da UFF, entretanto, contamos com uma associação de aposentados fundada há mais de vinte anos que, além de aglomerar mais de 600 docentes, tem bastante respaldo dentro da base. Por isso, propusemos a ASPI que organizássemos esse encontro conjuntamente", explica. Ela lembra que o encontro não é só para aposentados. "É um encontro sobre aposentadoria – todos os docentes estão convidados".

A programação completa do Encontro será divulgada em nosso site e boletim eletrônico.

Inscrição

As inscrições para o encontro já podem ser realizadas pelo email aduff@aduff.org.br ou pelo telefone 3617-8200.

Levante sa

Alvaro Neiva

Alvaro Neiva

20 de junho de 2013 já faz parte da história do Brasil. Nesse dia, milhões de manifestantes tomaram as ruas de cerca de 400 cidades por todo o país. O processo de mobilização havia se iniciado cerca de duas semanas antes, com protestos contra o aumento das tarifas nos transportes públicos em São Paulo, organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), e reunindo cerca de duas mil pessoas. Nesse curto período, as mobilizações se alastraram por centenas de cidades, cresceram exponencialmente e começaram a conquistar vitórias (os aumentos das tarifas foram revogados em praticamente todas as cidades).

A forte repressão policial, acirrada no protesto realizado em São Paulo no dia 13 de junho causou indignação e fez com que a população se organizasse para reagir. No dia 17, mais de150 cidades foram tomadas por manifestações, que passaram de milhares de pessoas, para dezenas de milhares, chegando a cem mil pessoas no Rio de Janeiro. Em outros países, como Estados Unidos, Japão, Espanha, Canadá, Alemanha, Austrália, Portugal houve atos públicos de apoio à situação vivida no país.

Nos dias 18 e 19, dezenas de prefeitos e governadores vieram a público anunciar a revogação dos aumentos das tarifas. Os governantes acreditaram que, assim, diminuiriam a força dos protestos massivos. Estavam errados. A compreensão de que a luta coletiva trouxe uma grande vitória impulsionou ainda mais o movimento. Com isso, no dia 20 de junho, vimos uma das maiores manifestações da história brasileira: milhões de pessoas nas ruas de mais de 400 cidades. No Rio de Janeiro, cerca de 1 milhão de pessoas se aglomeraram na Avenida Presidente Vargas e seus arredores.

Oswaldo Coggiola e Marcelo Badaró refletem sobre o ascenso do movimento de massas de junho

"Os jovens do Movimento Passe Livre (MPL) estão de parabéns por uma luta que não vem de agora (lembremos Goiânia e Florianópolis) e por conseguir dar consistência a esta luta e ao confronto que os levou a dobrar a prepotência dos que afirmavam de início que a tarifa não seria rebaixada. As manifestações contra o aumento da passagem, no entanto, são apenas o desencadeador de algo muito maior. O movimento funcionou como um catalisador de um profundo descontentamento que estava soterrado pela propagando oficial", afirmou Mauro Iasi, professor da ADUFRJ.

De fato, as mobilizações que começaram com o Movimento Passe Livre se ampliaram muito, com a participação de muitos outros movimentos. "Inicialmente com uma pauta muito objetiva e pontual – a revogação do aumento das passagens dos transportes públicos –, as mobilizações logo cresceram e passaram a incorporar muitas das bandeiras construídas ao longo das duas últimas décadas pelos movimentos organizados", afirma da presidente da ADUFF, Eblin Farage. Isso fica claro com muitas das palavras de ordem que eram cantadas nas manifestações, como "Da Copa eu abro mão, eu quero meu dinheiro pra saúde e educação".

"A vida real não combina com o discurso ideológico. A inflação entorno da meta explodia na hora das compras, de pagar o aluguel, de pagar as contas, de pegar um ônibus. As delicias do consumo voltavam na forma de dívidas impagáveis. O acesso ao ensino vira o pesadelo da falta de condições de permanência. O emprego desejado se transforma em doença ocupacional. O orgulho de receber eventos esportivos internacionais se apresenta na 'farra do boi' de gastos enquanto a educação, a saúde, a moradia, os transportes ficam às moscas", completa Iasi.

Diante da magnitude do dia 20 de junho e da ausência de uma pauta concreta que unificasse todos os setores que saíram às ruas, o movimento deu uma pausa. No dia 24, um ato contra a corrupção organizado por setores conservadores, como parte da tentativa de se apropriar das mobilizações, foi um grande fracasso.

No dia 27, os setores da esquerda fizeram uma manifestação com cerca de 15 mil pessoas, com reivindicações concretas e um perfil mais classista. A caminhada foi até a sede da Fetranspor (Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro), para denunciar o contraste entre os altos lucros e os péssimos serviços prestados, e cobrar que as empresas não recebam verbas públicas, através de isenções. Além disso, estavam muito presentes as palavras de ordem contra a privatização da educação e da saúde, contra as remoções provocadas e contra a violência policial.

"Torna-se necessário avançarmos no processo de reorganização do movimento que, por enquanto, está aquém da grandiosidade das manifestações que ocuparam as ruas ao longo do último mês. Parcela do movimento social e sindical se deu conta dessa debilidade e já iniciou um processo de unificação no campo da classe, resgatou suas bandeiras históricas e se diferenciou, no processo organizativo e na rua, da di-

code o país

Fotos: Luiz Fernando Nabuco

Protestos levaram milhões às ruas contra aumentos nas tarifas dos transportes públicos, e prosseguiram em defesa de direitos

reita conservadora", analisa Eblin.

ADUFF promove debate para aprofundar reflexões

No dia 2 de julho, a ADUFF promoveu o debate "Manifestações de Junho: movimento docente e conjuntura", com o objetivo de contribuir para a reflexão do inesperado movimento de massas que tomou as ruas do país. Participaram do debate Osvaldo Coggiola, da USP, e Marcelo Badaró, da UFF.

Marcelo Badaró apontou as dificuldades de refletir sobre acontecimentos que ainda estão em curso. Ele dividiu sua apresentação em uma introdução sobre as questões centrais das mobilizações, uma análise do que isso revela sobre "nossas forças" (referindo-se ao movimento autônomo, classista e combativo), e perspectivas para o futuro.

Segundo Badaró, o aumento das passagens toca numa questão direta do cotidiano das pessoas, que vêm pagando muito por um transporte público de péssima qualidade. Diante de uma alta generalizada do custo de vida, o movimento contou com apoio amplo e generalizado desde as primeiras manifestações, ainda pequenas. "A esse movimento, o Estado respondeu da única forma com que está acostumado: a repressão. É um grave equívoco dizer que o aparato policial agiu daquela forma por despreparo. Existe uma Polícia Militar muito preparada para fazer o que fez nas mobilizações e faz todos os dias nas favelas e periferias das grandes cidades". Badaró aponta a violência policial como o estopim para que o movimento se transformasse em massivo.

Badaró apontou que após a vitória com a redução das tarifas a pauta dos protestos passou a se apresentar de forma difusa e abstrata, devido à ausência de uma linha de classe dando direção ao movimento, como havia, por exemplo, no movimento pelas "Diretas Já", na década de 1980. "Isso revela nossa fragilidade nesse momento", afirmou. Segundo ele, grande parte desse estrago foi provocado pela ascensão do PT ao poder e sua guinada à direita, que fez com que as pessoas perdessem a esperança, achando que todos os partidos são iguais.

"É preciso transformar o que surgiu como algo difuso em algo que tenha organicidade, assembleias, alguma unidade com perspectiva classista, mobilizando tanto sindicatos quanto movimentos populares que representam os setores mais precarizados da classe", afirmou Badaró.

Coggiola comparou as manifestações de junho com os dois grandes momentos anteriores do movimento de massas no Brasil, as "Diretas Já" e o "Fora Collor". Disse que, ao contrário dos dois anteriores, essas mobilizações surgiram como uma reivindicação social, não claramente política, mas aos poucos foram tomando uma representação política, inclusive de questionamento ao regime.

"A crise política se transformou em crise institucional, mas ainda não em crise revolucionária. Essa passagem vai depender da política da esquerda", afirmou Coggiola, reforçando a preocupação levantada por Badaró em relação às fragilidades das forças políticas de esquerda. Porém, concluiu, esperançoso: "Sem revoluções, o mundo está condenado".

Passeatas multitudinárias tomaram as ruas do Brasil. A ADUFF participou das manifestações no Rio e em Niterói

Entrevista

Zulmair Rocha/Sintuff

“Estamos todos em um mesmo contexto e isso requer soluções coletivas de enfrentamento”

Coordenador geral da gestão recém eleita do SINTUFF, Pedro Rosa fala sobre as características e objetivos da atual direção da entidade sindical

No dia 14 de junho, aconteceu a cerimônia de posse da nova diretoria do SINTUFF. As eleições, realizadas entre os dias 4 e 5 do mesmo mês, elegeram a “Chapa 1-Unidos pra Lutar” para dirigir o Sindicato dos Trabalhadores da UFF no triênio 2013-2016. O grupo, que já está em sua quarta gestão, venceu o pleito com 1313 votos, totalizando 67% dos votos válidos. A “Chapa 2 – UFF Mobilizada” obteve 659 votos, 33% dos votos válidos.

Para conhecer mais sobre as propostas da diretoria eleita pelos técnicos administrativos da Universidade, entrevistamos Pedro Rosa, um dos coordenadores gerais da entidade. Confira:

A vitória dessa chapa representa a vitória de um programa político referendado nas urnas pelos trabalhadores da UFF. De forma resumida, que programa é esse?

O principal traço político nesse cenário de tantas lutas e organizações sindicais cúmplices dos governos é manter o sindicato autônomo diante de qualquer governo ou reitor, e ter uma presença de oposição política a esse governo federal, pois Dilma expressa a continuidade da política de privatização e arrocho salarial. Por isso, no Sintuff, atuamos na luta da classe trabalhadora em geral, seja dentro ou fora da UFF. Defender o serviço público é enfrentar o governo federal e suas políticas, que se expressam dentro dessa Universidade – os reitores são parte dessa política – nas prefeituras e no governo do Estado.

O que essa gestão propõe no que se refere ao trabalho de base da categoria?

Nas nossas gestões passadas, conseguimos instituir as delegacias de base no SINTUFF. Elas já existiam no estatuto antes de estarmos à frente da entidade, mas era tudo muito confuso e ficava no papel. Então, fomos ajustando e, em 2006, elegemos uma geração toda de delegacias de base, com 115 integrantes. Entretanto, no decorrer do tempo, conseguimos eleger delegados em apenas algumas áreas, como no Hospital Universitário – onde nosso trabalho de base é mais forte e consolidado e é onde existem mais problemas trabalhistas. Por isso, nessa gestão, tomamos esse como um desafio fundamental: eleger os delegados de base em todos os locais de trabalho. Isso é importante porque é uma forma de ampliar a representação e o diálogo entre a base e o Sindicato e faz com que cada delegado de base respire esse perfil político da luta geral da categoria.

Qual é a perspectiva para os enfrentamos internos da Universidade? Quais as pautas que vocês consideram como as mais importantes?

Dentro da Universidade, continuaremos a construir uma luta forte por saúde e segurança no trabalho, que envolve questões como o combate ao assédio moral – que vai ser nosso carro chefe nos próximos meses – e o problema da insegurança, de ambientes perigosos, insalubres. Esse debate vai além da reivindicação pelo retorno do pagamento de insalubridade e envolve a proteção integral dos trabalhadores.

Em outro pilar está o desafio da categoria discutir o problema da gestão da universidade. Exigimos uma Universidade democrática. Nós queremos ter representantes de servidores em cada colegiado. Nós queremos discutir gestão democrática em todos os lugares, principalmente os maiores e mais complexos, como o Hospital Universitário. Por exemplo, hoje, o diretor do Antônio Pedro fala em nome de quem para defender à Ebserh? Ele vai a público e defende a adesão na contramão das resoluções das entidades, das resoluções do Conselho Universitário e na contramão da vontade política do próprio hospital. Ele se sente à vontade em ir a público e defender o processo de privatização. Para nós, a defesa do elemento público e gratuito está ligado também a implementação de mecanismos que permitam a gestão democrática da Universidade e o combate à gestores que defendem as privatizações nas instituições de ensino, por exemplo. Por isso, entre outras coisas, queremos discutir com a ADUFF e com os estudantes uma alternativa política para a eleição do reitor da Universidade. Justamente para avançar na compreensão do que significa uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Um exemplo: Em 2010, nós conseguimos realizar um plebiscito oficial da Universidade onde uma imensa maioria definiu acabar com os cursos pagos na UFF, mas até eles vigoram na Universidade. Há, então, uma necessidade de fomentar esse enfrentamento. Ou seja, a defesa do caráter público da universidade deve ser uma tarefa permanente do DCE, da ADUFF e do SINTUFF. Nós somos parte daqueles que querem seguir construindo um programa que combata, no cotidiano, essas privatizações e as precárias relações de trabalho, apontando a necessidade de gerir a Universidade de uma forma democrática.

Qual vai ser a tônica do diálogo entre SINTUFF, docentes e estudantes nessa nova gestão?

Se você tem uma política de expansão como o Reuni de inchaço das universidades sem uma discussão sobre qualidade de atendimento, você tem o estudante em uma sala de aula lotada, o professor impossibilitado de dar uma aula qualificada, sem tempo para pesquisa ou extensão, e todo o elemento de apoio, que são os técnicos, em sobrecarga. Isto é, estamos todos em um mesmo contexto e isso requer soluções coletivas de enfrentamento. Se a política do governo leva para a privatização, ela atinge o usuário do hospital, o trabalhador que atende, os estudantes e os docentes que precisam seguir ensinando e pesquisando. Então essa relação permanente entre os três segmentos da Universidade tem que considerar quais são os pontos que nos unificam – e são muitos! Qualquer discussão corporativa, que isola uma categoria da outra, é equivocada. As lutas que acontecem hoje no país são o melhor exemplo que as políticas gerais da Dilma, de Cabral, de Rodrigo Neves e do reitor vem prejudicando a grande maioria dos jovens e trabalhadores, que hoje tomam as ruas para dar um basta.

Luiz Fernando Nabuco

Professores do estado intensificam campanha

Em campanha salarial desde março os professores das redes estadual e municipais do estado do Rio exigem respostas do governo

Catherine Lira

Fotos: Samuel Tosta/SEPE

No alto, Assembleia do Sepe aprova paralisação. Abaixo, artistas fazem encenação durante ato público da educação na Cinelândia

Desde o início do ano que os professores da rede estadual de ensino estão em campanha salarial. Em março, diversos municípios entraram em estado de greve e realizaram paralisações com forte adesão em todo o estado. As principais pautas são a remuneração de cinco salários mínimos para os professores e de três salários e meio para os demais servidores, fim do assédio moral, valorização profissional, abonos dos dias parados, melhoria nas condições de trabalho e ainda a resolução de problemas com o plano de saúde.

Além disso, reivindicam um Plano de Carreira Unificado para professores e funcionários, já que o sindicato é também para funcionários, como merendeiras, inspetores, secretários, etc. Melhorias nas condições de trabalho e valorização profissional. E ainda um reajuste emergencial de 19%, para este ano, de forma a compensar todos os anos sem aumento.

Emenda vetada pelo governo é destaque

No dia 4 de junho foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), por 23 votos contra 19, uma emenda que estabelece o reajuste salarial dos professores. A emenda estabelece que a matrícula de um professor corresponda ao exercício em apenas uma escola, "existem casos de professores que dão aula em até 5 escolas diferentes. Muitas vezes esses professores passam mais tempo dentro do trem ou dos ônibus do que em sala de aula. Isso é antipedagógico, o professor quando chega na sua ultima escola já não tem o mínimo de paciência, isso é desumano" afirmou o autor da emenda elaborada junto ao Sepe, deputado estadual Marcelo Freixo, na plenária da votação da emenda.

A emenda foi vetada pelo governador Sérgio Cabral e agora o desafio dos professores é forçar a retirada do veto, segundo a diretora do Sepe regional do município do Rio, Márcia. "A emenda agora volta para a Assembleia Legislativa e os deputados terão que votar a retirada do veto". A quantidade de deslocamento necessário para um professor estar em todas as escolas é muito grande, este é um fator que também contribui para a grande evasão de professores, que chega a 11% em todo o Estado.

Rio de Janeiro

No município do Rio de Janeiro, segundo a professora Thaís Coutinho, que é coordenadora do Sepe, as paralisações tiveram grande adesão "Todas as assembleias e debates estavam cheios, conseguimos arrancar audiências com o governo. Queremos para o município, além das muitas pautas, a criação de um código de greve que até agora só existe no Estado". Thaís conta ainda que os professores reclamam muito de sua falta de autonomia, já que o governo, por exemplo, força os professores a utilizarem uma apostila que não atende às necessidades pedagógicas.

"A apostila que nos mandam usar contém muitos erros, não estão de acordo com a realidade de nossos alunos. Existem diversos convênios com a iniciativa privada, como a utilização de material do Telecurso 200 das organizações Globo, programas em que os estudantes fazem dois anos em um, e um professor precisa dar classes de várias disciplinas distintas. O salário não aumenta e a prefeitura não nos atende, além da violência que professores sofrem e a infra-estrutura que põe os estudantes em risco"

São Gonçalo avança

A greve em São Gonçalo trouxe avanços, mas professores se mantém em estado de greve. No dia 19 de junho a greve iniciada no dia 4 do mesmo mês foi suspensa após conquistas nas negociações com o governo municipal. Os professores não tiveram descontos das paralisações e nem da greve e conseguiram garantir uma política salarial anual, com reposição da inflação com acréscimo de percentual, o que repõe perda do governo anterior. Também foi garantido 7% de retroativo realtivos a janeiro, já pago, e 5% relativo a agosto.

Outras conquistas foram a inclusão das auxiliares de creche no Plano de Carreira e o envio à Câmara Municipal, por parte da prefeitura, de uma proposta sobre eleição de diretores.

A coordenadora-geral do Sepe Ivanete da Conceição Silva explica que para além das pautas em comum, cada município tem sua especificidade. Em Duque de Caxias, onde a adesão foi de 80%, a prefeitura é um dos focos de tensão. Segundo a professora a prefeitura de Caxias não reconhece a organização sindical, faz imposições (contratos para professor) e não convoca mais concursos. Ela conta que em Nova Iguaçu, por sua vez, um dos maiores problemas é a possível retirada da lei que garante a eleição direta para diretor. "Esta postura foi trazida pelo novo prefeito, a eleição direta para diretor já existe há 8 anos e para nós garante a gestão democrática. Portanto, retirar significa um retrocesso". Em Belford Roxo os professores estão em estado de greve unificados com os funcionários.

Professores se unem às mobilizações nacionais

As ondas de manifestações pelo país revigoraram a luta dos professores que vem sendo travada desde o início do ano. No dia 24, foi realizado um ato que reuniu diversos movimentos, e os professores estavam lá para levar suas pautas. Em todos os atos realizados pelo fórum de lutas contra o aumento, por estudantes e outros movimentos, os profissionais da educação estavam presentes.

ANDES-SN defende qualidade na expansão das universidades públicas

Durante participação em Audiência Pública no Senado, diretor do ANDES-SN afirma que necessidade educacional do Brasil não será atendida pelo ensino comercial

Nayane Taniguchi/ANDES_SN

Luiz Henrique Schuch, 1º vice-presidente do ANDES-SN, fala durante audiência pública "Os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira", no Senado

A importância de ampliar o financiamento da educação pública brasileira, a partir do investimento imediato dos 10% do PIB para o setor, a desmercantilização e refundação do espaço público de produção do conhecimento e a reestruturação da carreira docente, valorização salarial e apoio a qualificação permanente dos professores foram amplamente defendidos pelo ANDES-SN durante participação na Audiência Pública "*Os Impasses e as Perspectivas da Expansão da Educação Superior Brasileira*", promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, no dia 10 de julho.

Os participantes da mesa, que representaram as instituições Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Movimento Todos pela Educação, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), além do ANDES-SN, têm opiniões divergentes sobre o processo de expansão da educação superior no Brasil. Para o ANDES-SN, o governo deve investir na expansão qualitativa da educação pública e a Contee critica as políticas de privatização. Já as demais instituições acreditam que o investimento deve ser feito independente dos setores, e inclusive na educação comercial.

"A nação brasileira permanece como um projeto incompleto e a necessidade educacional não será atendida pelo ensino comercial", alertou o 1º vice-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, que citou como consequências da mercantilização do ensino, sua redução instrumental apenas como mais um insumo ao processo econômico e a transformação do ambiente acadêmico a favor do individualismo e do segredo.

Para Schuch, a educação deve ser tratada como um todo, e não de forma segmentada. "A política educacional, temática fundamental para o Brasil, não pode compreender os ciclos descolados uns dos outros. A política de ensino superior deve ser formulada em conjunto com os demais graus e a base sempre estará no ensino fundamental". A visão do diretor do ANDES-SN foi compartilhada pelo senador Cristovam Buarque (PTD-DF), que ressaltou os grandes problemas enfrentados pela educação básica no país.

Durante a apresentação, o 1º vice-presidente do ANDES-SN fez uma contextualização da educação brasileira no panorama mundial. "O Brasil possui uma das mais baixas taxas populacionais com formação de nível superior, inclusive da América Latina." Segundo Schuch, isto é agravado porque mais de três quartos das vagas se dão no ensino comercial da rede privada, além de a maioria ser ofertada em estabelecimentos isolados, e não em universidades.

Para o diretor do ANDES-SN, os fatores que determinam a expansão de cursos não têm conexão com a necessidade social. "As vagas para os cursos de Administração são mais numerosas que todas as disponíveis para profissões da área da saúde juntas", exemplificou. Schuch acrescenta ainda que 95% da propriedade intelectual (patenteável) continuam concentradas no hemisfério norte, de forma estável, e cada vez mais retidas como segredo das grandes corporações econômicas.

A importância do financiamento para uma expansão de qualidade no setor também foi reforçada pelo diretor do ANDES-SN. "As taxas de investimento do PIB em educação no Brasil estão entre as mais baixas nos países que buscam o desenvolvimento e sobre nós recai a responsabilidade de recuperar um atraso histórico que tem custo. Quais os motivos capazes de mobilizar o poder público das três esferas para os megaeventos, como a Copa do Mundo e Olimpíadas, e essa motivação não aparece na hora de buscar solução para as questões da educação?", questionou.

Atuação do ANDES-SN

Schuch destacou os mais de 30 anos de atuação do ANDES-SN na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, além de apresentar as publicações produzidas pelo Sindicato Nacional nos últimos anos: a **Revista Universidade e Sociedade**, o **Caderno 2 – Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira** –, e a Revista Dossiê Nacional: Precarização das Condições de Trabalho I.

O diretor do ANDES-SN conta que as consequências da heteronomia e dos erros e faltas cometidos no programa de expansão das instituições de ensino superior aplicado nos últimos anos, com a implementação do modelo Reuni, expressam-se também nas condições precárias às quais a comunidade acadêmica das Instituições Federais de Ensino tem sido submetida.

Sobre a universalização do acesso ao ensino superior, o diretor do ANDES-SN afirmou: "há fontes para sustentar esta expansão com qualidade. No PNE, é necessário o compromisso pela aplicação dos 10% do PIB na educação pública. O atual texto do PNE que está para ser aprovado é prodígio em metas e abrangência inclusiva, mas é necessário apontar explicitamente de forma obrigatória a destinação dos meios necessários para se atingir estas metas, que envolvem financiamento, profissionais, plano de carreira, salários e reestruturação da carreira. Uma boa oportunidade para que os parlamentares possam atuar no sentido da valorização dos professores é intervir na tramitação da MP 614 no sentido da reestruturação da carreira dos docentes federais", diz.

(Fonte: ANDES-SN)

Movimentos fazem Jornada de Lutas para denunciar corrupção em obras da Copa

Marcello Casal Jr./ABr

Durante a abertura da Copa das Confederações, em Brasília, manifestantes protestam contra destinação de recursos públicos para obras da Copa, enquanto saúde e educação pública sofrem com falta de verbas

Lara Abib

Durante toda a segunda quinzena de junho, uma série de atos populares unificados aconteceram nas capitais que irão cediar os jogos da Copa do Mundo. A mobilização fez parte da Jornada de Lutas "Copa para Quem?", organizada pela articulação nacional dos Comitês Populares da Copa e a Resistência Urbana - Frente Nacional de Movimentos para denunciar as violações de direitos humanos que estão ocorrendo por conta da realização dos megaeventos esportivos (Copa 2014 e Olimpíadas 2016). A data escolhida para o início da jornada foi o dia 15 de junho, início da Copa das Confederações no Brasil.

O objetivo era criticar os altos gastos do Estado para a construção de estádios de futebol em detrimento dos serviços públicos essenciais para a população, como educação e saúde, além de denunciará a forma desumana e cruel como comunidades vêm sendo removidas e despejadas para a construção das obras dos megaeventos.

"O intuito é mostrar as diferentes formas e meios de corrupção e"erros" na elaboração do planejamento e obras destinadas ao megaevento que sempre colocou os interesses das multinacionais e das camadas mais privilegiadas frente aos interesses e necessidades populares. Que removeu, violentou, que não deixou os tão ditos legado na mobilidade, que não pensou na saúde, na educação e que conseguiu superar incríveis 50 bilhões apenas em estádios, hotéis 5 estrelas e obras paliativas que reafirmam a 'carrocracia' e garante anúncios publicitários", informa a página do Comitê Popular da Copa, no Facebook. Em Brasília, manifestantes ocuparam no dia 14 de junho o Eixo Monumental, em frente ao Estádio Mané Garrincha, protestando contra os abusos da organização da Copa do Mundo e Copa das Confederações. O protesto pacífico foi duramente reprimido pela Polícia Militar, que não poupou balas de borrachas, bombas de efeito moral e spray de pimenta nos manifestantes, além de prender 5 integrantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), entre eles duas coordenadoras que estavam com crianças no colo. No dia 15, as manifestações continuaram na frente do Estádio que abriria o torneio com a partida entre Brasil e Japão. Tanto os protestos como a repressão policial se repetiram em cidades como São Paulo, Porto Alegre, Palmas, Teresina, Boa Vista, entre outras.

Copa Popular Contra as Remoções!

No Rio de Janeiro, os manifestantes se reuniram na manhã do dia 15, no Quilombo da Gamboa, onde realizaram a Copa Popular Contra as Remoções. A ideia era integrar as comunidades ameaçadas de remoção na cidade. Providência, Santa Marta, Salgueiro, Indiana, Muzema, Vila Autódromo, Vila Recreio II foram algumas das comunidades presentes.

O torneio também serviu como um contraponto simbólico, no dia da abertura da Copa das Confederações, que esses espetáculos, aparentemente festivos, são marcados pela dor e tragédia de milhares de famílias a serem removidas por toda a cidade.

O integrante do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, Renato Cosentino explicou: "a TV irá mostrar um jogo bonito, um estádio recém reformado, porém existe um outro processo que está acontecendo, um processo que viola direitos humanos que é gravíssimo, que atinge cerca de 40 mil pessoas na cidade. Esse campeonato hoje marca isso, mostra isso que está acontecendo na preparação para os grandes eventos esportivos", ressalta. Onze mil pessoas já foram removidas na cidade do Rio. Outras 29 mil estão, atualmente, sob ameaça.

Dinheiro público para o setor privado

Segundo a presidente Dilma Rousseff, o país gastará 33 bilhões de reais com as obras da Copa do Mundo, incluindo gastos com infraestrutura, modernização, ampliação e formação de pessoas. Desse total, 68% sairão dos cofres públicos. Ao mesmo tempo, Dilma intensifica o processo de privatização de portos e aeroportos. Ou seja, empresas privadas "compram", recebem dinheiro público para as reformas e ampliações e de brinde ganham o direito de explorar esses serviços por 30 anos. A contrapartida, a exemplo do que ocorreu no último país sede da copa, a África do Sul, ficará apenas no papel, pois muitas obras sequer ficarão prontas para os eventos. Sem falar que os atrasos nas obras implicam em mais aumento dos gastos das mesmas. O mercado imobiliário, as empreiteiras, as grandes marcas e os grandes especuladores são os grandes beneficiados e por conseguintes os grandes beneficiados dos megaeventos de 2014 e 2016. Esses estão recebendo bilhões em investimentos públicos e em aquisições de empresas públicas.

A Copa do Mundo já tem seus perdedores

Enquanto a grande maioria dos trabalhadores e a população mais pobre vivem em péssimas condições de vida, morando precariamente, se apertam num transporte público caro e sucateado, morrem nas filas dos hospitais, estudam em escolas decadentes, etc., soa como piada saber que bilhões e bilhões são derramados em obras para um evento que é controlado por uma das organizações mais corruptas do planeta.

É o negócio da China. A FIFA lucrará bilhões em patrocínio, propaganda e direitos de imagem, mas quem põe a mão na carteira é o povo brasileiro. Depois das comemorações e das festas, as seleções vão embora, mas as dívidas ficam para a população e para as futuras gerações.

(Informações da CSP Conluntas e Rio on Watch http://rioonwatch.org.br/?p=6631)

Violência policial deixa dez mortos na Maré

Tomaz Silva/ABr

Em ato ecumênico, manifestantes carregam cartazes com os nomes das vítimas da violência policial na Maré

Alvaro Neiva

Em meio à Copa das Confederações e aos protestos massivos pelas ruas do Brasil, uma notícia chocante. Em operação na Favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, a Polícia Militar matou dez pessoas, na noite do dia 24 de junho. Um dos mortos era policial, todos os outros eram moradores da favela.

Os nomes das vítimas são Ademir da Silva Lima, André Gomes de Souza Júnior, Carlos Eduardo Silva Pinto, Ednelson dos Santos, Eraldo Santos da Silva, Fabrício Souza Gomes, Jonatha Farias da Silva, José Everton Silva de Oliveira, Renato Alexandre Mello da Silva, e Roberto Alves Rodrigues.

No dia seguinte, revoltados, centenas de moradores realizaram uma passeata da entrada da Favela Nova Holanda, pelo fim da operação policial, e chamando atenção da sociedade do Rio de Janeiro para a truculência social que acontece com frequência nas favelas.

"Foram execuções sumárias. Os policiais entraram na favela, deram um tiro no transformador, atiraram a esmo, invadiram casas. Há vários rastros de sangue na Nova Holanda. Foi uma reação totalmente desproporcional, o que conforma o estado de exceção na favela", afirma Jorge Barbosa, professor da UFF e integrante do Observatório de Favelas.

Em nota pública, dezenas de entidades da Maré criticaram duramente o ataque policial na favela. "O uso recorrente da violência demonstra, de modo inequívoco, o despreparo para a garantia da segurança pública e o desrespeito permanente à vida dos cidadãos por parte do Estado. É preciso estabelecer, de uma vez por todas, que a ordem pública não se confunde com o emprego indiscriminado da força policial", diz a nota.

"Não é mais aceitável a política militarizada da operação do estado nos territórios populares como se esses locais fossem moradas de pessoas sem direitos! Responsabilizamos o Governador do Estado e o Secretario de Segurança Pública pelas ações policiais nas favelas. Exigimos um pedido de desculpas pelo massacre e o compromisso com o fim das incursões policiais nas favelas cariocas sustentadas no uso do Caveirão e de armas de guerra", completa a nota.

"A questão principal é a violação de direitos na favela. Essa é uma batalha antiga. Esse é um ponto ao qual ninguém respondeu ainda. A Dilma não respondeu, o Cabral também não. Eu estava na manifestação dos Cem Mil e vi a barbárie que a polícia causou na Lapa, na Glória. É assim que a polícia sabe se comportar no Rio de Janeiro. É um recado claro, uma forma de estrangular a emoção das pessoas que estão nas ruas. Isso é muito grave, não podemos admitir que a polícia se comporte assim", afirmou Rita Afonso, professora do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da Coppe/ UFRJ.

Estado que mata, nunca mais!

Um ato ecumênico na entrada do Complexo da Maré, promovido por várias organizações que atuam na comunidade, lembrou as mortes de dez pessoas na ação do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Rio de Janeiro, na noite do dia 24, na favela Nova Holanda.

Os manifestantes vestiam camisetas pretas com a frase: "Estado que Mata, Nunca Mais!". Na passarela próxima à entrada da Nova Holanda, faixas pediam paz na favela e apontavam uma atitude dos moradores: "Maré Resiste".

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) estava representada por15 integrantes. O vice-presidente da comissão, Aderson Bussinger, disse que a ação que provocou as mortes na Nova Holanda não se justifica. Ele ressaltou que a OAB-RJ quer uma investigação independente do caso. "Pedimos uma investigação envolvendo vários órgãos para que não fique só no âmbito estadual", declarou.

O ANDES-SN, diversas seções sindicais e a CSP-Conlutas participaram do ato, com o objetivo de fortalecer o classismo. "A polícia que reprime jogando bombas na Zona Sul e no Centro é a mesma que mata na favela", afirmou Eblin Farage.

(Com informações da Agência Brasil)

Nota dos docentes da UFF em repúdio à ação truculenta da PM na Maré

A nota foi aprovada em Assembleia Geral da categoria no dia 2 de julho

Nós, docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF), tornamos público o nosso veemente repúdio a ação policial ocorrida nos dias 24 e 25 de junho na comunidade de Nova Holanda, no Complexo de Favelas da Maré. Além de resultar em inúmeras violações de direitos dos moradores, a ação arbitrária e truculenta da Polícia Militar foi responsável pela morte de 13 pessoas.

Exigimos que o Governador do Estado, Sérgio Cabral, se responsabiliza pelas ações policiais na Maré, assuma a culpa pelo massacre que autorizou – pedindo desculpas e assistindo integralmente às vítimas e seus famílias – e se comprometa, em conjunto com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, com o fim do uso do caveirão e das armas de guerra dentro das favelas cariocas.

Não iremos mais aceitar a polícia e a política militarizada do Estado nos territórios populares, como se esses locais fossem moradia de pessoas sem direitos!